



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 4.<sup>a</sup> COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 21 DE JANEIRO DE 2013

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Albertino Bragança

**Secretário:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Roberto Lombá

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 9 horas e 35 minutos.

A 4.<sup>a</sup> Comissão Especializada Permanente deu continuidade à apreciação do projecto de lei de alteração ao Código de Estrada. Intervieram os Srs. Deputados Adllander Matos (MLSTP/PSD), António Ramos (MLSTP/PSD), Marçal Lima (MLSTP/PSD) e Dionísio Fernandes

(MLSTP/PSD) e o Sr. Presidente da Associação dos Taxistas (Antero Cravid).

Por avaria do sistema de frio, deu-se continuidade à reunião na sala 207, sem gravação.

O Sr. Presidente suspendeu a reunião às 9 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 9 horas e 35 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrático (MLSTP/PSD):

Joaquim **Rafael Branco**  
**Dionísio Fernandes** Leopoldino  
Manuel **Marçal Lima**  
**Adllander** Costa de **Matos**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Albertino** H. dos S. S. **Bragança**

O Sr. **Presidente**: — Quero saudar os presentes e espero que tenham tido um bom fim-de-semana. Dando continuação aos nossos trabalhos, vamos analisar o artigo 56.º «Proibição de trânsito». Não havendo qualquer comentário, passemos à aprovação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Artigo 57.º «Autorização especial».

Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD). — Sr. Presidente, tenho uma dúvida, uma questão de termo. Pode ser uma palavra que retrata questões técnicas «pode ser cindido». Eu estava a ver com o Sr. Deputado António Ramos, o proponente da proposta, deu-me algumas explicações, mas não sei se em termos de sinónimo pudesse nos ajudar a compreender melhor o termo.

O Sr. **Presidente**: — Sinónimo da palavra «cindir», dividir, separar. Podemos aprovar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Artigo 58.º «Regra geral».

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Artigo 59.º «Espécie de luzes».

Tem a palavra o Sr. Representante da Associação dos Taxistas.

O Sr. **Presidente da Associação dos Taxistas** (Antero Cravid): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação acerca das coimas do artigo 59.º. Como sabem, as nossas vias têm estado com muitos buracos e as lâmpadas não são de boa qualidade. Dependemos daquilo que o nosso mercado oferece e as coimas para as lâmpadas deviam ser mais suaves. As coimas são de 500 000 dobras a 2,5 milhões de dobras e muitas vezes a viatura a circular bate no buraco e a lâmpada funde facilmente, há outras que nem sequer batem no buraco, pelo facto de não serem de boa qualidade a lâmpada queima por si. Por isso, não sei se pudéssemos ver se as coimas fossem mais reduzidas, porque se trata de um material sensível.

O Sr. **Presidente**: — As coimas aqui não estão extremamente elevadas. É de 500 000 dobras a 2,5 milhões de dobras, depois no último ponto é de 150 000 a 750 000 dobras, mas queria ouvir a opinião das pessoas.

Devem ter percebido a questão colocada pelo Sr. Antero Cravid. Ele disse que, de acordo com a nossa realidade, as estradas não estão em condições, têm buracos, os caros caem nos buracos, as lâmpadas trepidam e ficam inutilizadas, de maneira que o dono da viatura já está a ser prejudicado pelo mau estado das vias. Em consequência disso, as coimas deviam ser mais reduzidas.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queria informar ao Sr. Presidente que a ausência do Sr. Director da Direcção de Transportes Terrestres deve-se à sua deslocação à estrada da zona Sul, acompanhado o Sr. Ministro das Obras Públicas.

Tentando responder ao Sr. Presidente da Associação dos Taxistas, quero dizer que algumas multas são mais altas e há essa probabilidade de isso acontecer, mas como já foi dito aqui, estamos a trabalhar para o futuro, não contamos ter essas estradas nesse estado por toda a vida e outra coisa é que não é só na Direcção de Transportes que deve haver uma evolução no Código. Tenho esperança que a Direcção da Inspeção das Actividades Económicas também venha prestar um melhor serviço do que tem estado a prestar em relação à qualidade dos materiais que são vendidos na nossa praça. Caso isso venha a acontecer, o condutor sabe que depois de a lâmpada fundir ele utiliza as quatro piscas, indicando avaria, mas é certo que muitos condutores, mesmo depois de isso acontecer, continuam a circular normalmente, sem tomar as devidas preocupações. Se a lâmpada fundiu, deve ligar as quatro piscas e deve deixar de fazer carreiras. Havendo uma avaria da lâmpada e se ele continuar a fazer carreiras, é nesse caso que é multado, mas estando com as piscas ligadas de maneira nenhuma seria multado. Sem um farol o carro pode ser confundido com uma motorizada e, lá está, poderemos ter perda de vidas humanas. Há necessidade de tomar as devidas precauções, de forma a resolver o mais depressa possível essas avarias.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de dar uma informação.

Estamos numa condição muito difícil, com calor, a Sala aqui ao lado tem ar condicionado, mas não tem o sistema de gravação. Esse sistema só funciona aqui na Sala do Plenário. Geralmente as audiências parlamentares são obrigatoriamente gravadas, porque quando chamamos um director, estamos a fazer um processo e precisamos de ouvir as pessoas, então temos que registar com fidelidade aquilo que dizem. Estamos a aprovar uma lei e é certo que, sendo aprovação na especialidade, temos que aproveitar tudo, mas queria fazer uma proposta. Não sei se na vossa opinião devíamos continuar aqui ou ir para a sala ao lado com melhores condições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marçal Lima.

O Sr. **Marçal Lima** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tendo em conta que a natureza do documento que estamos a aprovar difere de outras circunstâncias, como por exemplo inquirir pessoas para questões muito mais polémicas, sou de opinião que transitemos para a outra sala, porque está a fazer muito calor aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Fernandes.

O Sr. **Dionísio Fernandes** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, meus senhores, bom dia. Tendo em conta que a documentação que estamos a analisar na especialidade é de grande importância, acho que deveria haver condições para permitir maior reflexão das pessoas aqui presentes. Subscrovo a proposta do Sr. Deputado Marçal Lima.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD). — Sr. Presidente, não gostaria de discordar com a proposta levantada pelo Sr. Deputado Marçal Lima e também subscrita pelo Sr. Deputado Dionísio Fernandes, um documento desta envergadura a ser aprovado na especialidade e não sendo gravado, se amanhã houver pessoas que disserem que não aprovamos tal artigo vamos recorrer a quê?

Compreendo o problema da climatização, mas o recurso à gravação salvaguarda o próprio documento. Não sei, pode ser que estou a interpretar mal o Regimento. De qualquer forma esta é a minha preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Queria esclarecer o seguinte. Quando aprovamos documentos na especialidade, não temos usado a gravação. Quando recebemos pessoas de fora, sobretudo nos inquéritos e nas audiências parlamentares, ministros, directores ou um funcionário de alto nível para fazer esclarecimento, temos que gravar. Neste caso, estamos a gravar, mas estamos a tirar todos os apontamentos. O que nos interessa no final? Vamos fazer um relatório que vai para o Plenário, para ser aprovado na globalidade. Já não vai ser discutido. Por isso, estamos a aprovar agora o Código na especialidade em Comissão.

O que nos interessa aqui? Interessa-nos apontar as alterações que foram aprovadas, as inovações que possamos colher daquilo que as pessoas dizem. Isso é que nos interessa para pôr no relatório. Portanto, há mudanças no texto por substituição, por alteração, há novas considerações feitas e vamos aprovar. O técnico está a registar tudo também, para além da gravação.

Um inquérito parlamentar, não é o caso. Se o Sr. Presidente da Câmara estivesse aqui a ser ouvido em relação a assuntos da Câmara, aquilo que ele diz tem que ficar gravado, porque antes de a pessoa assinar tem que ler todas as suas declarações e se disser que não está de acordo, porque não disse isso, aí há o recurso à gravação. Como ele diz tem que ficar no processo. Aquilo que os senhores estão a dizer não vai ficar no relatório. O que fica no relatório são as vossas sugestões para a melhoria do documento e nem tudo o que dizem irá para o relatório. É por isso que, neste caso, podemos fazer a passagem para outra sala

sem riscos, porque não estão em causa declarações de pessoas em audiências parlamentares ou sobretudo em inquérito parlamentar, porque um inquérito parlamentar tem o mesmo peso que um processo civil. Por isso que nos inquéritos é obrigatória a gravação para que o indivíduo, quando for verificar, possa achar as suas declarações conforme com a gravação. Se ele tiver dúvida, temos a gravação. Podemos passar hoje para a sala ao lado, vamos aperfeiçoar os ritmos dessa reunião e na próxima reunião voltaremos aqui, mas não existe nenhum risco nesta mudança.

*Eram 9 horas e 55 minutos.*

*Estiveram ausentes os seguintes Srs. Deputados.*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Hélder Paquete** Lima

**Carlos Alberto Pires Pinheiro**

**Cecílio Quaresma**

**Roberto Lombá**